

# **SEGURANÇA URBANA: AUTORIDADES E INEFICIÊNCIA - 65 RELIGIÃO, AMADORISMO, TRAGÉDIA**

**Aristoteles Rodrigues**

Professor e Psicólogo, Mestre em Ciência da Religião.

Membro do Centro de Pesquisas Estratégicas “Paulino Soares de Sousa” da UFJF.

[tote.rodrigues@terra.com.br](mailto:tote.rodrigues@terra.com.br)

Sem o rigor da filosofia alemã, posto que nascemos e crescemos em país tropical e católico, a máxima que ordena um lugar para casa coisa, cada coisa em seu lugar é sugestão de boa qualidade: ao profissional de saúde mental cabe lidar com doentes mentais. Conquanto ao sacerdote caiba lidar com religiosos, há forte tendência em seguir outra máxima, a que reza de que de médico, músico e louco todos nós temos um pouco. Parece fazer parte não só da forma brasileira de ser, como também forma típica do século 21, com a quebra de paradigmas de todas as tendências e direções.

Mariri é uma droga de característica curiosa: investigada no início da década de 80, no século passado, teve seu uso autorizado pelas autoridades responsáveis, embora seja alucinógeno de efeitos poderosos e razoavelmente longos – cerca de 4 horas - e provocadora de alucinações e delírios.

Como a intenção de seu uso é sempre religiosa, seus efeitos tendem a ser compreendidos dentro de terreno místico: encontro consigo mesmo, com o universo, com Deus.

Por que foi autorizada? Porque a mistura das duas ervas que a compõem é feita a cada vez, pelo xamã. Porque a eventual sobra não tem mais utilidade, o produto degrada-se em poucas horas. Porque seu uso sempre foi estritamente religioso. Porque nunca se soube de ações criminosas ligadas a seu uso. Porque eventual proibição causaria problemas sociais na Amazônia, onde seu uso já era amplo.

Nesses quase 20 anos de divulgação pelo Brasil de fora da Amazônia, criaram-se comunidades esparsas, algumas contando com pessoas conhecidas do mundo artístico e mesmo do científico - a ampliação de seu uso seguiu a mesma tendência de quebra de paradigmas, neste caso com a ampliação do pensamento religioso.

Há pouco tempo, soube-se de ato de violência praticado por pessoa de uma das comunidades, o assassinato do líder e seu filho. A que se deve esse ato?

Nos anos 70, uma das denominações cristãs, no Rio de Janeiro, propôs submeter a exames psicológicos seus candidatos a ministro religioso: não queriam a possibilidade de vir a ordenar alguém que fosse portador de desequilíbrio patológico.

Suas considerações incluíram o fato de o ministro ser líder natural em sua comunidade, entre outros impedimentos.

Parece que essa prática seria um bom uso de cada coisa em seu lugar: um profissional de saúde mental avaliaria o candidato em sua área. Posteriormente, profissionais da área religiosa avaliariam o candidato nessa área.

E, trazendo-se para o agora, a comunidade-palco do duplo assassinato? A julgar pelo padrão brasileiro, terá acolhido o hoje assassino, antes apenas doente mental e usuário de drogas, como fiel, em busca da redenção. Não o manteve sob observação, não pediu a ajuda da família, origem de sua vida e de seu estar no mundo. Não solicitou apoio de profissional de saúde mental. Acolheu-o, como é costume, nas comunidades religiosas (cena comumente desse tipo de comportamento religioso é a seqüência de Victor Hugo, em *Os Miseráveis*, em que o padre, que teve prataria furtada pelo personagem principal, não só nega o furto à autoridade policial, na frente do criminoso, como acrescenta alguns castiçais, admoestando-o amavelmente por tê-los esquecido, embora lhe tivesse dado todos).

Terá acontecido aí um trágico acidente, imprevisível? Poder-se-á invocar Gabriel García Márquez e falar de crônica de morte anunciada? O morto era pessoa nacionalmente conhecida e seu assassinato, junto com o do filho, teve repercussão nacional. O assassino está sendo execrado, até justamente. E, sem vitimologia, essas mortes e a destruição da vida desse rapaz poderiam ter sido evitadas?

Talvez já tenha passado da hora de as ditas autoridades constituídas estabelecerem algum tipo de controle sobre as milhares de comunidades religiosas que se têm constituído por todo o Brasil: a nação não as controlará, como o mercado não controlará juros e preços. A intervenção do Estado não o transforma em opressor; antes, devolve o país à máxima de cada coisa em seu lugar, mesmo que continuem achando que de médico, músico e louco todos nós temos um pouco.